

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

Aos 29 dias do mês de junho de 2022, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 7 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

10h00

Audição da DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), bem como sobre a redução da composição dos cabazes distribuídos.

- *Dr^a Ana Cristina Tapadinhas* – Diretora Geral da DECO
- *Paulo Fonseca* – Coordenador do Gabinete Jurídico e Económico
- *Dr^a Natália Nunes* – Coordenadora do Gabinete de Proteção Financeira

11h15

Audição do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, sobre o acolhimento de refugiados vindos da Ucrânia.

- *Dr^a Adelaide Franco*, Presidente do IEFP.

II Parte – 12h30

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 10, de 22 de junho de 2022;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:

- [Projeto de Lei n.º 61/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho);

Relator: Deputado Fernando José (PS)

- [Projeto de Lei n.º 65/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro;

Relatora: Mara Lagriminha Coelho (PS)

- Projetos de Lei n.ºs [63/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) e [64/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho);

Relatora: Deputada Helga Correia (PSD)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

- [Projeto de Lei n.º 108/XV/1.ª \(PS\)](#) — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho
Relator: Deputado Jorge Galveias (CH)

4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a redução dos subsídios de educação especial pagos pela Segurança Social nos primeiros meses de 2022, bem como a redução dos apoios concedidos em várias outras prestações;

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Presidente do Instituto da Segurança Social, I.P, sobre os cortes nos apoios sociais dirigidos a crianças e jovens com deficiência.

5. Outros assuntos

I Parte

10h00

Audição da DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), bem como sobre a redução da composição dos cabazes distribuídos.

- *Drª Ana Cristina Tapadinhas* – Diretora Geral da DECO
- *Paulo Fonseca* – Coordenador do Gabinete Jurídico e Económico
- *Drª Natália Nunes* – Coordenadora do Gabinete de Proteção Financeira

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Ana Bernardo, começou por cumprimentar a delegação que representou a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), dando nota de que lhe cabia a condução dos trabalhos naquela ocasião em virtude de a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Isabel Meirelles, não conseguir estar presente por coincidência com outro compromisso parlamentar. Agradeceu a presença e disponibilidade dos elementos da DECO para participarem na audição e enquadrou o respetivo objeto, explicitando qual o formato em que a mesma decorreria.

De seguida, deu a palavra ao Senhor Deputado Hugo Maravilha (PSD) para apresentação do [requerimento](#) que motivou a realização da audição, proposto pelo Grupo Parlamentar (GP) do PSD. Para uma intervenção inicial, em representação da DECO, usaram da palavra a Drª Ana Cristina Tapadinhas, Diretora Geral da DECO, o



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

Dr. Paulo Fonseca, Coordenador do Gabinete Jurídico e Económico e a Drª Natália Nunes, Coordenadora do Gabinete de Proteção Financeira.

Na ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, tomaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Cristina Mendes da Silva (PS), Hugo Maravilha (PSD), Jorge Galveias (CH), José Moura Soeiro (BE) e Rui Rocha (IL). No final, em resposta ao conjunto das intervenções, intervieram novamente o Dr. Paulo Fonseca, a Drª Ana Cristina Tapadinhas e a Drª Natália Nunes.

Antes de dar a audição por concluída, a Senhora Vice-Presidente reiterou o agradecimento inicial pela disponibilidade da DECO em participar naquela audição.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

11h15

Audição do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), I. P. a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, sobre o acolhimento de refugiados vindos da Ucrânia.

- **Drª Adelaide Franco, Presidente do IEFP, I. P.**

A Senhora Vice-Presidente cumprimentou a Senhora Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), I. P., Dra. Adelaide Franco e a restante delegação, composta pelo Dr. Paulo Langrouva, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto, e pela Dra. Adélia Costa, Diretora do Departamento de Emprego do IEFP, I. P., agradecendo a sua presença e disponibilidade. Referiu ainda o objeto da audição, bem como o formato em que a mesma decorreria, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado Rui Cruz (PSD), que expôs os fundamentos do requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar, respondendo a Senhora Presidente do IEFP, I.P. logo de seguida.

Na ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Fernando José (PS), Rui Cruz (PSD), Jorge Galveias (CH), Rui Rocha (IL) e José Moura Soeiro (BE). No final, a Senhora Presidente do IEFP, I.P. respondeu ao conjunto das perguntas formuladas.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

Também esta [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

II Parte – 12h30

A Senhora Presidente da 10.ª Comissão, Deputada Isabel Meirelles, assumiu então a condução dos trabalhos, entrando-se de imediato na apreciação do remanescente da Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 10, de 22 de junho de 2022;

A ata identificada foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

Tendo presente a extensa lista de projeto de lei que haviam baixado à Comissão desde a última reunião, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) tomou da palavra no sentido de suscitar a dispensa de parecer para todas as iniciativas cuja discussão na generalidade se encontrava já agendada para a semana seguinte, na sessão plenária de 7 de julho, por manifesta falta de tempo para conseguir elaborar e apresentar todos os pareceres necessários, dando até o exemplo dos Projetos de Lei n.ºs [177/XV/1.ª \(CH\)](#) - «Elimina restrições injustificadas no acesso a profissões reguladas e estabelece limites à duração e organização dos estágios» e [178/XV/1.ª \(IL\)](#) - «Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (Primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro)», cujo debate em Plenário naquele mesmo dia, 29 de junho, impossibilitava a elaboração de parecer.

O Senhor Deputado Nuno Carvalho acompanhou o entendimento do GP do PS, lembrando os prazos reduzidos e também que a ausência de parecer não prejudicava o debate em Plenário, de acordo com o n.º 3 do artigo 136.º do Regimento da Assembleia da República (RAR).

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

Nestes termos, a proposta foi aprovada, não se verificando nenhuma oposição dos presentes ao sugerido.

Já quanto às demais iniciativas cuja discussão na generalidade ainda não se encontrava agendada, quer o GP do PS, quer o GP do PSD, remeteram para momento posterior a designação de relator para as iniciativas que lhe tinham sido distribuídas, respetivamente: as Propostas de Lei n.ºs [13/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) - «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação» e [17/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) - «Assegura uma majoração de 2% nos apoios sociais da segurança social atribuídos aos residentes nas Regiões Autónomas, através da alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que estabelece as bases gerais do sistema de segurança social»; e o [Projeto de Lei n.º 183/XV/1.ª \(CH\)](#) - «Pelo pagamento do subsídio de doença a 100% para doentes oncológicos».

Por último, a Senhora Presidente deu conhecimento que o [Projeto de Lei n.º 195/XV/1.ª \(PAN\)](#) - «Reconhecimento da carreira de técnico auxiliar de saúde» tinha baixado na generalidade à Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, com conexão à CTSSI.

3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:

- [Projeto de Lei n.º 61/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho);

Relator: Deputado Fernando José (PS)

- [Projeto de Lei n.º 65/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro;

Relatora: Mara Lagriminha Coelho (PS)

- [Projetos de Lei n.ºs 63/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) e [64/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho);



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

Relatora: Deputada Helga Correia (PSD)

- [Projeto de Lei n.º 108/XV/1.ª \(PS\)](#) — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho
Relator: Deputado Jorge Galveias (CH)

As Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados autores dos pareceres procederam à sua apresentação individual e sucessiva, fazendo referência, em síntese, ao objeto, motivação e conteúdo de cada um dos projetos de lei em escrutínio; aos correspondentes enquadramentos legais e à apreciação da conformidade dos requisitos formais; e ainda às iniciativas legislativas e petições pendentes sobre as respetivas matérias. Todos sem exceção remeteram a sua opinião política para Plenário, concluindo pela verificação dos requisitos formais para a discussão na generalidade e pelo envio dos documentos ao Senhor Presidente da Assembleia da República, sem, contudo, deixarem de aludir a algumas sugestões formais ínsitas nas notas técnicas, em especial o parecer do Projeto de Lei n.º 108/XV/1.ª (PS), quanto às dúvidas de inconstitucionalidade decorrentes do eventual incumprimento do n.º 1 do artigo 120.º do RAR, que aliás poderiam ser sanadas na Comissão em sede de especialidade, não obstante, assim, ao seu debate em Plenário.

Submetidos a votação, todos os pareceres foram aprovados por unanimidade, ainda com a ausência do GP do PCP, e com o agradecimento e saudação da Senhora Presidente e dos demais Grupos Parlamentares, mormente dos GP do PS, PSD e CH, pelo trabalho efetuado.

4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a redução dos subsídios de educação especial pagos pela Segurança Social nos primeiros meses de 2022, bem como a redução dos apoios concedidos em várias outras prestações;
- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Presidente do Instituto da Segurança Social, I.P, sobre os cortes nos apoios sociais dirigidos a crianças e jovens com deficiência.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Rui Rocha (IL), que enquadró o requerimento apresentado na redução dos subsídios



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

de educação especial em 2022, e na bonificação do abono de família por deficiência, dando nota de uma suposta alteração de procedimento, que remetia para as Juntas Médicas, e ainda de uma mudança nos formulários, que obrigou a que os processos já percorridos tivessem de ser renovados. Sinalizando a existência de indeferimentos massivos na concessão destes subsídios, em virtude do apuramento de divergências, considerou fundamental perceber estes números, acrescentando que a única resposta até aquele momento havia sido a da Secretária de Estado da Inclusão, invocando o acréscimo de processos, que no entender do GP do IL poderia justificar os atrasos, mas não a diminuição de deferimentos, que implicavam atrasos nas aprendizagens destas crianças. Por tudo isto, reputou de urgente a audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) sobre a matéria.

Por seu turno, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) mencionou que o requerimento do GP do BE tinha o mesmo objeto do anterior, ainda que tivesse também como objetivo a audição do Instituto da Segurança Social, I. P., e fazendo também alusão ao Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) e às instruções deste Instituto a este propósito, que aliás já dera origem a uma audição nesta Comissão.

Neste momento, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) assinalou que o seu Grupo Parlamentar dera entrada de um requerimento com o mesmo escopo já depois de a Ordem do Dia se encontrar consolidada, motivo pelo qual foi incluído no ponto dedicado aos Outros Assuntos, solicitando que pudesse ser discutido de imediato, o que não mereceu a oposição de nenhum dos presentes. Assim sendo, e chamando a atenção para os efeitos destas medidas, indicou que o GP do PSD aditava ao rol de audições a da Secretária de Estado (SE) da Inclusão.

Tomou então da palavra o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), começando por afirmar que o seu Grupo Parlamentar não se oporia nem obstará às audições enumeradas, não deixando, porém, de defender que não existiu qualquer corte nos subsídios de educação especial, já que este era pago mediante a apresentação de faturas, com base nas despesas efetivamente suportadas, em duas, três ou quatro parcelas. Quantificou ainda os acréscimos de pagamentos verificados no ano letivo anterior e também no valor total pago desde 2016/2017, pelo que confessou



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

desconhecer as reduções a que os requerentes haviam feito referência. Já especificamente quanto ao requerimento do GP do PSD, considerou não fazer sentido convidar para audição quer a MTSSS quer a SE, completando que deveria ouvir-se primeiro o ISS e só depois a tutela política.

A este respeito, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) argumentou que quem conhecia melhor esta matéria era a SE, apesar de a tutela política ser da MTSSS, concordando que se começasse pelo ISS e que depois se recebesse a MTSSS ou, caso esta não pudesse, a SE. Posto isto, notou a existência de denúncias públicas sobre a matéria objeto dos requerimentos, o que fundava o pedido de esclarecimento, defendendo que nenhuma pessoa com deficiência poderia ficar para trás.

Neste âmbito, a Senhora Presidente sublinhou que dera igualmente entrada outro requerimento sobre esta temática nessa mesma manhã, do GP do PCP, que propunha uma audição pública com a participação de todos os auditados aqui elencados, entre outras entidades, remetendo-se, todavia, a sua apreciação para reunião ulterior, tendo até em conta que o Grupo Parlamentar requerente não se encontrava representado nesta reunião.

Desta forma, os requerimentos dos GP do IL, BE e PSD foram aprovados por unanimidade, ainda na ausência do GP do PCP.

5. Outros assuntos

No derradeiro ponto da reunião, o GP do PS opôs-se a que pudesse se apreciado desde já o requerimento do GP do CH para audição da MTSSS sobre as falhas no sistema de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens, que culminaram na morte de uma menor de 3 anos, já que este apenas dera entrada na noite da véspera da reunião.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

Palácio de São Bento, 6 de julho de 2022.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 11/XV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares De Moura (PS)
Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Rui Rocha (IL)
José Moura Soeiro (BE)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Carla Madureira (PSD)
Paula Cardoso (PSD)
Rui Cruz (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diana Ferreira (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque (PSD)